

O LUGAR DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS PRODUÇÕES DO PPGED/UESB

Sirlane Freitas Lacerda

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Sônia Maria Alves de Oliveira Reis

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: A inclusão deve ser considerada como um processo universal, o qual reconheça que todas as pessoas são diferentes e devem ser vistas a partir de suas especificidades. Este texto objetiva apresentar o lugar que a Educação Especial ocupa no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) campus Vitória da Conquista. Para tanto, foi realizado uma pesquisa do tipo estado do conhecimento nos bancos de dados dos Anais do Gepráxis 2017 e 2019, na Revista Práxis Educacional e no Banco de dissertações do PPGED. Feito isso, foram selecionados oito artigos e duas dissertações, que discutem Educação Especial em uma perspectiva inclusiva. Por meio da análise de conteúdo, constatou-se que existe poucas produções científicas que têm a Educação Especial como objeto de estudo. As pesquisas identificadas e analisadas tratam de resultados de pesquisa sobre inclusão escolar nos anos iniciais do ensino fundamental e sobre as concepções dos professores que atuam com alunos Público Alvo da Educação Especial. Conclui-se que há necessidade de realizar estudos sobre currículo e práticas educativas da Educação Especial em uma perspectiva inclusiva.

Palavras chave: Currículo. Educação Especial. Inclusão.

Introdução

Este artigo apresenta um estudo que visa compreender quais espaços a Educação Especial ocupa nos trabalhos produzidos e publicados pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) *campus* Vitória da Conquista. Para tanto, foi realizado uma pesquisa do tipo estado do conhecimento no Banco de dissertações do PPGED, na Revista Práxis Educacional e anais do Gepráxis, em um recorte temporal de dez anos, de modo que foram selecionados oito artigos e duas dissertações, incluídos segundo os critérios de elegibilidade a partir dos diálogos propostos pelas políticas públicas, discutido e realizado sobre a Educação Especial em uma perspectiva inclusiva.

A perspectiva de promover uma educação inclusiva deve assegurar condições para que as diferenças não sejam vistas como obstáculos a serem vencidos ou superados, mas como uma dimensão constitutiva da prática pedagógica. Assim, precisa levar em consideração que os alunos têm potencialidades e necessidades diferentes.

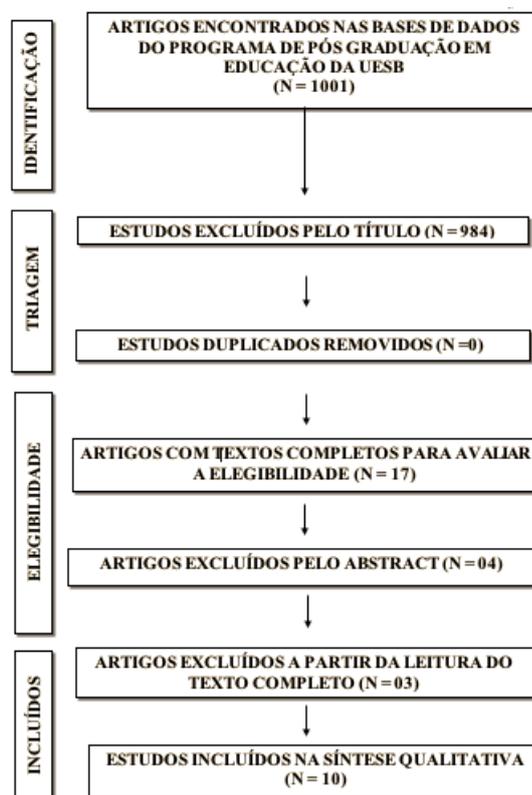
Ainda que todas as pesquisas identificadas nos bancos de dados pesquisados estejam relacionadas ao Currículo, Educação Especial e Inclusão Escolar, cada uma delas, traz uma discussão bastante particular ao seu objeto de estudo. Entretanto, nenhuma pesquisa tratou especificamente do Currículo da Educação Especial em uma perspectiva inclusiva. Posto isto, reconhecemos a carência de estudos nessa área e a necessidade de novas pesquisas.

Materiais e métodos

O propósito de toda pesquisa é a análise de um problema e quando o problema de pesquisa é entendido por meio de um estudo com rigor científico, novos conhecimentos também são produzidos. Assim, os resultados obtidos para um problema de pesquisa, produz novos conhecimentos para a área pesquisada, nesse caso, a Educação Especial.

Com o intuito de identificar o que vem sendo produzido e publicado sobre o Currículo da Educação Especial em uma perspectiva Inclusiva, nos últimos 10 anos, realizamos um levantamento bibliográfico no banco de dissertações do PPGED/UESB, nas edições da Revista Práxis Educacional e nos Anais do Gepráxis. Nessa busca encontramos duas pesquisas no nível de mestrado, cinco artigos que tangenciam a temática na Revista Práxis Educacional e três artigos nos anais do Gepráxis.

Figura 1 — Fluxograma e critérios de seleção e inclusão



Fonte: Elaboração das autoras (2020).

Resultados

Essa seção tem como objetivo apresentar os apontamentos de pesquisas sobre o Currículo de Educação Especial em uma perspectiva Inclusiva, selecionadas nos bancos de dados do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) *campus* Vitória da Conquista. A análise do material coletado sinalizou que há uma carência de estudos nessa área, com demandas de novas pesquisas.

A seguir, apresentamos a tabela com a síntese do levantamento bibliográfico realizado em setembro de 2020, nas bases de dados dos Anais do Gepráxis (2017 e 2019), Revista Práxis Educacional e no Banco de dissertações do PPGED, desde a sua implantação. Os descritores utilizados foram: “Educação Especial” *and* “Inclusão” *and* “Currículo”.

Quadro 1 — Produções do PPGED/UESB: Banco de Dissertações / Revista Práxis Educacional / Anais do Gepráxis

Autor	Título	Instituição/ Modalidade	Banco de Dados	Ano
Fabiana Cia Roberta Karoline Gonçalves Rodrigues	Ações do professor da sala de recursos multifuncionais com os professores das salas comuns, profissionais e familiares de crianças pré-escolares incluídas	UFSCar Artigo	Revista Práxis Educacional	2014
Danúzia Cardoso Lago Maria Amélia Almeida	A política de inclusão escolar de uma rede de ensino municipal: Concepções de um grupo de professores	UFSCar Artigo	Revista Práxis Educacional	2014
Selma Norberto Matos Enicéia Gonçalves Mendes	A proposta de inclusão escolar no contexto nacional de implementação das políticas educacionais.	UFSCar Artigo	Revista Práxis Educacional	2014
Keren Talita Silva Miron Sônia Maria Alves de Oliveira Reis	A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na educação de jovens e adultos: algumas discussões	UNEB Artigo	Revista Práxis Educacional	2017
Marta Cristina Nunes Almeida Rafael Santos Reis Thainá Santos Santos	Educação inclusiva: Uma garantia consagrada pelo estatuto da pessoa com deficiência	UESB UESC Artigo	Gepráxis	2017
Denise Carvalho dos Santos Daiane Chaves Lima Martha Élide Silva Sodré Maria de Fátima de Andrade Ferreira	Educação inclusiva e diversidade na sala de aula: Uma experiência no estágio de Ensino Fundamental I	UESB UFBA Artigo	Gepráxis	2017
Arlete Ramos dos Santos Edmacy Quirina de Souza Juilma Cristina Nogueira de Santana Santos	A Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva na educação do campo	UESB UESC Artigo	Gepráxis	2019

Autor	Título	Instituição/ Modalidade	Banco de Dados	Ano
Maranacy dos Santos Silva				
Daiane Santana Teixeira	Formação docente, salas de recursos multifuncionais e deficiência intelectual: A realidade da rede municipal de ensino de Vitória da Conquista/BA	UESB Dissertação	PPGED	2019
Emiliana Oliveira Rocha dos Santos	A Educação Especial na rede municipal de ensino de Itapetinga: Um estudo sobre a formação continuada de professores	UESB Dissertação	PPGED	2020
Keren Talita Silva Miron Chris Royes Schardosim	Estado do conhecimento: a dialogicidade entre a educação inclusiva e a educação de jovens e adultos	IFC Artigo	Revista Práxis Educacional	2020

Fonte: Elaborado pelas autoras com dados da pesquisa

Iniciamos a discussão pela dissertação “A Educação Especial na rede municipal de ensino de Itapetinga: Um estudo sobre a formação continuada de professores” (SANTOS, 2020), publicada no Banco de dissertações do PPGED/UESB que teve como objetivo analisar o processo de formação continuada oferecido aos professores da rede municipal de ensino de Itapetinga que atuam com alunos Público Alvo da Educação Especial (PAEE). A autora, por meio da pesquisa de mestrado identificou os programas de formação continuada oferecidos aos professores pela Secretaria de Educação, em seguida verificou como os professores compreendem o processo de inclusão dos alunos Público-Alvo da Educação Especial nas salas regulares e, por fim, apresentou e discutiu os desafios enfrentados pelos professores que atuam na Educação Infantil e Ensino Fundamental e desejam ou são mobilizados a realizar a docência na Educação Especial em uma perspectiva inclusiva.

Os resultados do referido estudo revelam que a formação continuada oferecida pela Secretaria Municipal de Educação de Itapetinga-BA não contempla as reais necessidades da rede municipal de ensino em questão. Entretanto, as visitas técnicas que ocorrem nas escolas por parte dos profissionais do Centro de Atendimento Educacional Especializado precisam ser melhor aproveitadas, no sentido de atender as necessidades dos profissionais que lidam no seu dia a dia e no chão da escola, fazendo oficinas para capacitá-los, a fim de que possam desenvolver um trabalho com êxito diante do Público-Alvo da Educação Especial (SANTOS, 2020).

Prosseguimos a análise com a dissertação intitulada “Formação docente, Salas de Recursos Multifuncionais e deficiência intelectual: A realidade da rede municipal de ensino de Vitória da Conquista/BA” (TEIXEIRA, 2019), disponível no Banco de dissertações do

PPGED/UESB. A autora analisa o percurso formativo dos professores que atuam nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) do município de Vitória da Conquista e os impactos dessa formação no trabalho com alunos com Deficiência Intelectual (DI), na perspectiva da Educação Inclusiva. Os resultados indicam que a formação inicial das professoras subsidia, ainda que de forma abrangente, o trabalho desenvolvido na Educação Especial e que a formação continuada, até então, apresenta-se tímida diante das demandas dos alunos com Deficiência Intelectual.

No que se refere aos oito artigos identificados na coleta de dados, o texto de Santos *et al.* (2019), publicado nos Anais do V.7 Gepráxis, buscou analisar como acontece o Atendimento Educacional Especializado, da Educação Especial, na Educação do Campo, em face da experiência de famílias de crianças com microcefalia causada por Zika Vírus. Sobre os resultados, verificaram que as ações da Educação Especial não são adotadas pela Educação do Campo. Ressaltaram que a Educação Urbana é privilegiada em relação a Educação do Campo, principalmente, quando se refere a oferta da Educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva.

O artigo “Educação inclusiva: Uma garantia consagrada pelo Estatuto da pessoa com deficiência” (ALMEIDA; REIS; SANTOS, 2017) discute os modos como pode ocorrer a emancipação e a efetivação dos direitos garantidos às pessoas com deficiência com ênfase na educação como um instrumento de mudança por meio da quebra de paradigmas necessários para a promoção da igualdade. De acordo com as autoras, a educação tem papel fundamental na concretização dos demais direitos, uma vez que é por meio dela que o indivíduo pode desenvolver a sua atuação no mundo. Portanto para Almeida, Reis e Santos (2017) a perspectiva de uma educação inclusiva, pressupõe que a efetivação do direito não se dá apenas com a presença do deficiente em sala de aula.

Ao relatarem experiências vivenciadas durante o desenvolvimento de atividades e estratégias de ensino e aprendizagem significativa na Disciplina Estágio II (Ensino Fundamental I), Santos *et al.* (2017), no artigo intitulado “Educação inclusiva e diversidade na sala de aula: uma experiência no estágio de Ensino Fundamental I”, publicado nos Anais do V.6 Gepráxis, buscaram valorizar as diversas formas de aprender mediante a diversidade presente em sala de aula. Apontaram as dificuldades vivenciadas na prática da docência, por parte dos professores observados, sobretudo, no acompanhamento de atividades desenvolvidas para o processo de inclusão social, considerando a diversidade dos alunos. Assim, demonstrou insegurança, fragilidades, falta de planejamento e organização das ações didáticas e pedagógicas relacionadas ao processo escolar.

O artigo intitulado “Ações do professor da sala de recursos multifuncionais com os professores das salas comuns, profissionais e familiares de crianças pré-escolares incluídas” (CIA; RODRIGUES, 2014), publicado na Revista Práxis Educacional, tencionou identificar como ocorre a relação do professor da sala de recursos multifuncionais com o professor da sala comum, familiares e demais profissionais que atendem o aluno pré-escolar incluído. Os resultados apresentados demonstraram que as participantes tentavam manter uma parceria colaborativa com os professores das salas comuns, muito embora as autoras sugerem a necessidade de melhorias na aceitação dos alunos e a obrigatoriedade da inclusão, bem como maior participação dos pais.

O estudo “Prática docente: a corporeidade como processo de inclusão”, (TELLES; KRUG, 2014), também publicado na Revista Práxis Educacional, buscou analisar como ocorre o processo de inclusão em determinada cidade da região noroeste do Rio Grande do Sul. Para tanto, realizou uma interlocução com a corporeidade, assim, essa pesquisa mostrou que as pessoas possuem uma individualidade como ser que é único, tanto os tidos como “especiais” quanto os caracterizados como “normais”. Diante disso, cada um pode receber informações com compreensões diferentes, mas igualmente importantes para cada indivíduo que deve ser considerado como tendo estilos, ritmos, talentos e preferência de atividades diferentes.

O artigo que trata da “Política de inclusão escolar de uma rede de ensino municipal: concepções de um grupo de professores”, (LAGO; ALMEIDA, 2014), analisou as concepções dos professores, que atendiam alunos do PAEE, sobre a Política de Inclusão Escolar implementada pela Secretaria Municipal de Educação de um município. Os resultados apontaram que 90% dos professores participantes tinham fortes restrições a respeito da política de inclusão escolar, bem como indicaram mudanças necessárias à efetivação dessa política.

No artigo intitulado “A proposta de inclusão escolar no contexto nacional de implementação das políticas educacionais (MATOS; MENDES, 2014), publicado na Revista Práxis Educacional, desenvolvem reflexões, considerações e algumas críticas à proposta de inclusão escolar no contexto nacional de implementação das políticas educacionais. As autoras tomam como base a revisão de literatura sobre o tema e os resultados de uma pesquisa sobre as demandas decorrentes da educação inclusiva e das possibilidades de atuação do psicólogo escolar.

Além disso, Matos e Mendes (2014) apresentam alguns dos principais desafios atuais para construção de sistemas educacionais inclusivos no país, sugerindo que, na perspectiva epistemológica, a Educação e a Pedagogia, sozinhas, não darão conta desta proposição em

função disso, as autoras apontam a necessidade de recorrer a outras áreas do conhecimento e atuação, e que a Psicologia Escolar pode contribuir neste processo.

Por fim, apresentamos o artigo publicado na Revista Práxis Educacional de autoria de Miron e Shardosim (2020) que tem como título “Estado do conhecimento: a dialogicidade entre a educação inclusiva e a educação de jovens e adultos”. As autoras apresentam no texto o resultado de um estudo de produções acadêmicas que realizam um diálogo entre Educação Inclusiva e EJA. Os resultados da pesquisa evidenciaram que, apesar da relevância dos artigos analisados, ainda há lacunas de estudos que dialoguem sobre a formação de professores para atuarem na perspectiva inclusiva na EJA; sobre maneiras de estruturar a modalidade de ensino em uma perspectiva inclusiva; sobre a interrelação entre os participantes, bem como os aspectos e desdobramentos curriculares que atenda as especificidades da Educação Especial na EJA em uma perspectiva Inclusiva.

Educação Especial: algumas reflexões

Há registros históricos na evolução da Educação Especial no Brasil, visto que as iniciativas oficiais e particulares isoladas foram compreendidas no período de 1854 a 1956 e as iniciativas oficiais de âmbito nacional, aconteceram no período de 1957 a 1993. Segundo Mazzota (1996), nesse período, países desenvolvidos já discutiam o movimento de integração de pessoas com deficiência, enquanto que, no Brasil, continuava-se em plena institucionalização.

A Educação Inclusiva no Brasil, teve sua expansão na década de 1990, como sua principal diretriz para a educação, “assegurar acesso a todos a ensino e boa qualidade, notadamente o básico, enquanto direito social, com base em soluções que traduzem os anseios da coletividade” (Mazzota, 2011, p. 114). A partir daí, são delineados sete programas, incluindo o de “Redimensionar a modalidade especial de ensino”, (Mazzota, 2011, p. 114).

Considerando a legitimidade de direitos do Público Alvo da Educação Especial, o artigo 59 da LDB determina que: “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização, específicos para atender às suas necessidades” (BRASIL, 1996). No que diz respeito aos professores, indica que eles devem ter especialização adequada, seja ela em nível médio ou superior. Já em relação ao atendimento educacional especializado, também assegura, aos outros professores do ensino regular, capacitar-se para atender esses alunos em classes comuns.

A educação inclusiva se torna uma política que passa a existir em âmbito nacional a partir de 2003, logo no primeiro mandato do presidente Lula. Nesse período, o MEC lançou o programa de “Educação Inclusiva: Direito à Diversidade”, com o objetivo de apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos por meio de processos de formação de gestores e de educadores nos municípios brasileiros (BRASIL, 2005). A partir daí, por meio da realização de seminários nacionais e cursos regionais, oportunizou que 94.695 profissionais da educação de 5.564 municípios fossem atendidos pelo programa entre os anos de 2003 a 2007. (PADILHA, 2015).

Nesse mesmo período foi lançado o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência (PAED)¹, instituído pela Lei n. 10.845 de 05 de março de 2004, com o objetivo de garantir a universalização do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Embora o momento fosse de restrição orçamentária imposta pela política econômica, o MEC ainda implantou 626 salas de Recursos Multifuncionais para AEE, distribuiu kits pedagógicos aos alunos com deficiência visual e livros adaptados ao Braille e à LIBRAS, estruturou 27 Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S) e 30 Centros de Formação de Professores e Atendimento aos Alunos com Surdez (CAS) e instalou 1,1 mil laboratórios de informática em escolas públicas através do Programa Nacional de Informática na Educação Especial (SILVA, 2007).

Em janeiro de 2008 aprovou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) que estabelece que a Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis de ensino (Educação Básica e Ensino Superior) e realiza o Atendimento Educacional Especializado, numa perspectiva suplementar/complementar. Esse documento define quais alunos são atendidos pela Educação Especial, garantindo Transversalidade da Educação Especial desde a Educação Infantil até a Educação Superior, Atendimento Educacional Especializado, continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino, formação dos professores para o AEE e demais profissionais da educação para a inclusão escolar, participação da família e da comunidade, acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação, articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008).

Destarte, garantias de direito são negligenciadas a todo tempo e espaços. Com a aprovação da Nota Técnica Nº 04/2014/ MEC/SECADI/DPEE, que dispõe orientações quanto a documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do

¹ O termo “Pessoa portadora de Deficiência” foi substituído por “Pessoa com Deficiência”, através da Portaria da Presidência da República – Secretaria de Direitos Humanos, Nº 2.344, de 3 de novembro de 2010.

desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Censo Escolar, reafirma se pode considerar imprescindível a apresentação de laudo médico (diagnóstico clínico) por parte do aluno PAEE, uma vez que o AEE se caracteriza por atendimento pedagógico e não clínico. Portanto, o laudo não se trata de documento obrigatório, mas, complementar, quando a escola julgar necessário. O importante é que o direito das pessoas com deficiência à educação não poderá ser cerceado pela exigência de laudo médico (BRASIL, 2014).

Dessa forma, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva na Educação Inclusiva reposiciona a Educacional Especial, lançando à escola o desafio de questionar e se implicar no entendimento das diferentes formas de construção de aprendizagem que os alunos possam levar a termo. E ainda traz que a educação deve se iniciar na infância, tendo como papel principal o de desenvolver as bases necessárias para a construção do conhecimento e desenvolvimento global do aluno. Nesta etapa, deve-se priorizar o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças que favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança (BRASIL, 2008).

Considerações finais

A pesquisa do tipo estado do conhecimento realizada nos bancos de dados dos Anais do Gepráxis (2017 e 2019), na Revista Práxis Educacional e no Banco de dissertações do PPGED (2010 a 2020) nos possibilitou concluir que para promover uma educação inclusiva é preciso antes de tudo conceber uma escola que atenda e acolha a todos os alunos, levando em consideração que cada um deles se apropria do conhecimento mediante o trabalho realizado segundo suas capacidades.

A promoção da inclusão na escola requer condições de trabalho dignas ao professor, bem como efetivação e fortalecimento de uma rede de apoio. Espera-se que o professor e a escola estejam preparados, contudo, as demandas variam ao longo da trajetória profissional, portanto, faz-se necessário formação continuada, nessa direção o professor vai ter condições de garantir os direitos de aprendizagem e promover a equidade desejada.

Damasceno (2006) entende e defende que a forma de pensar e de atuar nas escolas inclusivas deve modificar uma estrutura que, hoje, não atende mais a uma demanda humana, pois esta estrutura não está preparada a educar para e na diversidade humana. Ofertar e garantir um ensino de qualidade requer iniciativas que envolvam além dos professores, gestores,

especialistas, pais, alunos também outros profissionais intersetoriais em torno de uma proposta que é comum ao interesse da promoção humana.

Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico é um instrumento balizador para desenvolver as ações do trabalho pedagógico inclusivo na instituição escolar, pensadas coletivamente que se torna possível a efetivação de uma educação escolar inclusiva. Também, é sabido que a lei nº 9394/96 em seu artigo 12, define, as atribuições de uma escola, a tarefa de “(...) elaborar e executar sua proposta pedagógica”, cada escola reconhecendo sua singularidade e sua capacidade de ação pedagógica.

Garantir um sistema educacional inclusivo vai muito além da matrícula dos alunos PAEE, mas assegurar a todos e a todas uma formação plena de direitos. Os desafios são inúmeros, sobretudo no que diz respeito à formação e péssimas condições de trabalho, currículos e mecanismos de avaliação ultrapassados, caminhando na contramão de uma projeto político pedagógico de caráter emancipatório.

Por fim o resultado do estudo que realizamos nos bancos de dados dos Anais do Gepráxis (2017 e 2019), na Revista Práxis Educacional e no Banco de dissertações do PPGED demonstra uma carência de pesquisas sobre o campo da Educação Especial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. N.; REIS, R. S.; SANTOS, T. S. Educação inclusiva: Uma garantia consagrada pelo Estatuto da pessoa com deficiência. **Anais do Seminário Gepráxis**, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 6, n. 6, p 712-729, 2017. Disponível em <http://www2.uesb.br/ppg/ppged/noticias/publicados-anais-do-seminario-gepraxis-edicao-de-2017/>

BRASIL. **Ensaio pedagógicos- construindo escolas inclusivas**: 1. Ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

BRASIL. **Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>.

BRASIL. Nota Técnica Nº 04/2014/ MEC/SECAD/DPEE. Orientação quanto a documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação no Censo Escolar. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15898-nott04-secadi-dpee-23012014&category_slug=julho-2014-pdf&Itemid=30192

CIA, F.; RODRIGUES, R. K. G.. Ações do professor da Sala de Recursos Multifuncionais com os professores das salas comuns, profissionais e familiares de crianças Pré-Escolares

incluídas. **Práxis Educacional**, v. 10, n. 16, p. 81-103, Vitória da Conquista, 2014. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/764>

DAMASCENO, A. R. **A formação de professores e os desafios para a escola inclusiva: as experiências da Escola Municipal Leônidas Sobrinho Porto**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense. Niterói - Rio de Janeiro, 2006.

GUIJARRO, M. R. B. **Inclusão: um desafio para os sistemas educacionais. Ensaios pedagógicos, construindo escolas inclusivas**. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

LAGO, D. C.; ALMEIDA, M. A. A política de inclusão escolar de uma rede de ensino municipal: concepções de um grupo de professores. **Práxis Educacional**, v. 10, n. 16 p. 61-80 jan./jun. Vitória da Conquista, 2014. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjiltTZsLvAhXOKLkGHVzNCrAQFjAAegQIBBAD&url=http%3A%2F%2Fperiodicos2.uesb.br%2Findex.php%2Fpraxis%2Farticle%2Fdownload%2F763%2F644%2F&usq=A0vVaw3SpOLV-XY-sDqogWdbAOmz>

MATOS, S. N. MENDES, E. G. A proposta de inclusão escolar no contexto nacional de implementação das políticas educacionais. **Práxis Educacional**, v. 10, n. 16 p. 35-59 jan./jun. Vitória da Conquista, 2014. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/762>

MAZZOTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

MIRON, K. T. S., SCHARDOSIM, C. R. Estado do conhecimento: a dialogicidade entre a educação inclusiva e a educação de jovens e adultos. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 16, n. 40, p. 592-611, jul./set. 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6580>

PADILHA. Caio Augusto Toledo. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 66, p. 160-177, dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640509>

SANTOS, A. R.; SOUZA, E. Q.; SANTOS, J. C. N. S.; SILVA, M.S. A Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva na educação do campo. **Anais do Seminário Gepráxis**, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 7, n. 7, p. 500-513, maio, 2019. Disponível em:

SANTOS, D.C.; LIMA, D. C. L. SODRÉ, M. E. S.; Ferreira, M. F. A. Educação inclusiva e diversidade na sala de aula: Uma experiência no estágio de Ensino Fundamental I. **Anais do Seminário Gepráxis**, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 6, n. 6, p 712-729, 2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/229301601.pdf>

SANTOS, E. O. R. **A Educação Especial na rede municipal de ensino de Itapetinga: Um estudo sobre a formação continuada de professores**. 2020. 167f. Dissertação (Mestrado)- Universidade estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2020. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppged/wp-content/uploads/2020/04/Dissertação-de-Emiliana.pdf>

SILVA, L. I. L. da. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Presidência da República do Brasil. 2007.

TEIXEIRA, D. S. Formação docente, Salas de Recursos Multifuncionais e deficiência intelectual: A realidade da rede municipal de ensino de Vitória da Conquista/BA.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, Vitória da Conquista, 2019. Disponível em:

<http://www2.uesb.br/ppg/ppged/wp-content/uploads/2019/05/DAIANE-SANTANA-TEIXEIRA.pdf>

TELLES, C.; KRUG, H. N. Prática docente: A corporeidade como processo de inclusão.

Práxis Educacional, Vitória da Conquista v. 10, n. 16 p. 147-165 jan./jun. 2014. Disponível

em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/citationstylelanguage/get/chicago-author-date?submissionId=767&publicationId=2329>

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Sirlane Freitas Lacerda

Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB – Vitória da Conquista/BA, Brasil. Participa do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire, da UNEB. Graduada em Pedagogia pela Universidade de Itaúna, Especialista em AEE e Sala de Recurso Multifuncional pela Rede Futura de Ensino-FAVENI, Atendimento Educacional Especializado pela Universidade Federal de Santa Maria-UFCM, Aperfeiçoamento em Tecnologia Assistiva, Projetos e Acessibilidade: Promovendo a Inclusão pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista- UNESP. É supervisora pedagógica na rede municipal de ensino em Rubim-MG.

E-mail: sirlanefreitas@yahoo.com.br

Profa. Dr.^a Sônia Maria Alves de Oliveira Reis

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora adjunta da Universidade do Estado da Bahia onde atua na graduação e nos cursos de especialização lato sensu. É professora externa do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UESB), coordenadora de área do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), líder do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (NEPE/CNPQ). Coordenadora do Doutorado Interinstitucional. Dinter - UNEB/UFMG. E-mail: sonia_uneb@hotmail.com